

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2000/2001

(01)

Pelo presente instrumento, de um lado o SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS E TANOARIAS E DE MARCENARIAS DE PONTA GROSSA, entidade sindical representativa da classe econômica, aqui representada pelo seu presidente Sr. LAERTE BITTENCOURT FILHO; e, de outro lado o SINDICATO DOS OFICIAIS MARCENEIROS E TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS E MÓVEIS DE MADEIRA DE PONTA GROSSA, entidade sindical representativa da classe profissional, aqui representada por seu presidente Sr. JOSÉ ZIERHUT, assistido pela FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - FETRACONSPAR, todos devidamente autorizados por assembléia geral, têm justo e contratado pelo presente instrumento, as cláusulas normativas de trabalho que irão disciplinar as relações de emprego das categorias acima referidas, no Município de Ponta Grossa Carambei e demais regiões abrangidas pela base territorial dos sindicatos acordantes, pelo prazo e condições adiante especificadas:

CLÁUSULA 1ª - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

A presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO tem seu prazo de vigência fixado em 01 (um) ano, a contar de 01 de novembro de 2000 até 31 de outubro de 2001.

CLÁUSULA 2ª - CATEGORIAS ABRANGIDAS

Esta Convenção Coletiva de Trabalho abrange as categorias econômicas e profissionais representadas pelas entidades convenientes nos Municípios de Ponta Grossa e Carambei.

CLÁUSULA 3ª - DA CORREÇÃO SALARIAL

A partir de 1º de novembro de 2000, as empresas representadas pelo Sindicato Patronal, reajustarão os salários de seus empregados, à base de 7% (sete) por cento, aplicado sobre o salário vigente em 1º de novembro de 1999.

Parágrafo primeiro: Para os empregados admitidos após 01.11.99, o aumento salarial será proporcional ao tempo trabalhado na empresa, levando-se em conta, para este fim, a tabela abaixo ou fração igual ou superior a 15 dias, até a data de 31.10.2000.

MÊS ADMISSÃO	ÍNDICE
Dez/99	5,17
Jan/00	4,39
Fev/00	3,76
Mar/00	3,71
Abr/00	3,57
Mai/00	3,48
Jun/00	3,48
Jul/00	3,22
Ago/00	1,81
Set/00	0,59
Out/00	0,16

Parágrafo segundo: Todos os aumentos salariais concedidos de forma espontânea pelas empresas, no período de 01.11.99 a 31.10.2000, poderão ser compensados e abatidos do reajuste salarial ora acordado.

CLÁUSULA 4ª - DA CORREÇÃO SALARIAL FUTURA

As correções salariais futuras ou antecipações salariais seguirão as determinações legais que venham a disciplinar a matéria, ou mediante negociação coletiva.

CLÁUSULA 5ª - DO PISO SALARIAL

Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional, independente de tempo de serviço, um piso salarial a partir de 01.11.2000, correspondente a **R\$ 242,00** (duzentos e quarenta e dois reais) mensais, para um trabalho de 44 horas semanais, ou **R\$ 1,10** (hum real e dez centavos) por hora.



Parágrafo Único: Para efeito de futuras negociações, tornar-se-á como base os salários e pisos vigentes em 01.11.2000.

CLÁUSULA 6ª - DA REMUNERAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

(02)

As duas (02) primeiras horas extras diárias, de 2ª a 6ª feira, prestadas pelos empregados, serão remuneradas com o acréscimo mínimo de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal. As horas extras que ultrapassarem as duas primeiras diárias, de 2ª a 6ª feira, serão remuneradas com acréscimo mínimo de 80% (oitenta por cento) sobre o valor da hora normal. Todas as horas extras dos sábados serão também remuneradas como acréscimo mínimo de 80% (oitenta por cento) sobre o valor da hora normal.

Em qualquer caso, devem ser respeitados os descansos adicionais superiores por ventura existentes.

Parágrafo Único: Fica instituído para as empresas e trabalhadores, o regime de compensação de horas, assim denominado "Banco de Horas", na forma do que dispõe o artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho. A implantação do Banco de Horas só poderá ser efetivada mediante a assinatura conjunta de documento entre a Empresa, o Sindicato Obreiro e os respectivos empregados, o qual conterà os elementos objetivos da compensação.

CLÁUSULA 7ª - DO TRABALHO EM DIAS DE DESCANSO

O trabalho em dias de descanso semanal remunerado e feriados, desde que não compensados de forma legal, será remunerado em dobro.

CLÁUSULA 8ª - DOS REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS E TRABALHO EM DIAS DE DESCANSO:

Desde que prestadas com habitualidade, o pagamento de horas extras, seja pelo labor suplementar em dias úteis ou em dias de descanso, irá gerar reflexos para o cálculo das férias, gratificações natalinas (13º salários), aviso prévio, indenização adicional e FGTS. Da mesma forma, o pagamento de horas extras gera reflexo sobre o pagamento do descanso semanal remunerado.

CLÁUSULA 9ª - DAS FÉRIAS PROPORCIONAIS

Fica assegurado aos empregados com menos de 01 (um) ano de serviço na empresa, e que rescindirem seus contratos de trabalho por pedido de demissão, direito ao recebimento das férias proporcionais, correspondentes aos meses trabalhados, considerando-se como mês completo as parcelas iguais ou superiores a 15 dias.

CLÁUSULA 10ª - DO GOZO DAS FÉRIAS

O dia de início das férias a serem gozadas pelos empregados, não poderá coincidir com os sábados ou feriados.

CLÁUSULA 11ª - FÉRIAS

Quando o reajuste salarial ocorrer durante o período de férias, a complementação do pagamento da mesma deverá ser efetuado no primeiro mês subsequente ao gozo das mesmas.

CLÁUSULA 12ª - AVISO PRÉVIO

O aviso prévio será comunicado obrigatoriamente por escrito, contra recibo, esclarecendo se o empregado deve ou não trabalhar no período, observados os prazos da cláusula 14ª, anotando no verso do aviso, data, hora e local da rescisão.

CLÁUSULA 13ª - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

Nos casos em que o empregado for obrigado a deslocar-se da localidade onde presta serviços para receber seus haveres decorrentes da rescisão contratual, a empresa fica obrigada a custear-lhe as despesas de viagem - ida e volta - bem como de estadia e alimentação, ou a ressarcir o obreiro dos respectivos valores, mediante apresentação de comprovantes das despesas efetuadas.

CLÁUSULA 14ª - DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL

As homologações das rescisões contratuais e o pagamento das verbas decorrentes atenderão as seguintes condições:

- a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato, ou
- b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu comparecimento;
- c) o não atendimento do prazo acima fixado implicará no pagamento de multa equivalente a um dia de salário para cada dia de atraso; à partir do décimo primeiro dia da dispensa, diretamente ao empregado dispensado juntamente com as demais verbas rescisórias;
- d) a multa aqui prevista não se aplicará às demissões em decorrência da decretação de falência ou concordata;
- e) no caso de falta ou recusa do empregado no recebimento das verbas, a empresa comunicará o Sindicato dos Trabalhadores, mediante protocolo, para ressalva de seus direitos;
- f) A homologação feita pela entidade Sindical obreira, concerne quitação exclusivamente às verbas e aos respectivos valores discriminados no documento rescisório.
- g) Quando da homologação, deverão as empresas apresentar o comprovante de recolhimento do FGTS e da multa, se devida, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 9º do Decreto 2430/97 que regulamentou a Lei 9491/97 e os comprovantes de recolhimento da taxa de Contribuição Sindical.

CLÁUSULA 15ª - DAS ESTABILIDADES PROVISÓRIAS



- a) Fica assegurado aos empregados em vias de prestação de serviço militar obrigatório, estabilidade provisória, contada a partir da convocação até a baixa militar;
- b) Fica assegurada estabilidade provisória, ao empregado que sofrer acidente de trabalho, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data de sua alta médica, desde que o afastamento seja superior a 15 dias, conforme o disposto no artigo 118 da Lei Nº 8.213 de 24 de julho de 1991.
- c) Fica assegurada estabilidade aos empregados que, possuindo 05 (cinco) ou mais anos de casa, estejam a 24 (vinte e quatro) meses de adquirir o direito a aposentadoria, desde que tal fato seja expressamente comprovado e comunicado à empresa, sob pena de haver perda desse direito. A estabilidade cessa no momento em que o empregado adquirir o direito a aposentadoria.

CLÁUSULA 16ª - DOS APOSENTADOS

Aos empregados que necessitem receber crédito de aposentadoria de que são titulares, fica garantido o período de duas horas por mês para tal, sem qualquer desconto.

CLÁUSULA 17ª - AUXÍLIO-FUNERAL

Em caso do falecimento do empregado, a empresa pagará, a título de auxílio-funeral, mediante comprovação de despesas, um valor equivalente a 1,2 (um inteiro e dois décimos) do piso salarial da categoria. Em caso de falecimento de um dependente do empregado, assim considerados aqueles que estejam devidamente habilitados junto à previdência social, a empresa, pagará, também mediante comprovação de despesas, a título de auxílio-funeral, o equivalente a 70% (setenta por cento) do piso salarial da categoria. Em qualquer dos casos, o pagamento do auxílio-funeral tem a natureza de reembolso despesas, não se integrando à remuneração do trabalhador, para qualquer fim.

Em caso do falecimento do empregado, em serviço, fora do seu domicílio, o transporte do "de cujus" de volta ao domicílio, será por conta da empresa.

Parágrafo Único: O auxílio-funeral de que trata esta cláusula, será pago, preferencialmente, na seguinte ordem:

- a) ao cônjuge;
- b) à companheira designada ou reconhecida junto à Previdência;
- c) aos responsáveis legais dos filhos menores;
- d) aos filhos maiores, preferindo aos mais idosos;
- e) ao dependente mais próximo do "de cujus";
- f) à pessoa física ou jurídica, que comprovadamente houver arcado com as despesas do funeral, excetuando-se a própria empresa funerária.

CLÁUSULA 18ª - DOS CONTRATOS A PRAZO DETERMINADO

Em casos de contrato de trabalho por prazo determinado, incluídos os de experiência, a empresa deverá fornecer ao empregado, já na data de admissão, cópia do instrumento, sob pena de ser considerada a relação, como por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 19ª - DOS EMPREGADOS ESTUDANTES

Aos empregados estudantes serão remunerados os dias faltantes ao serviço, nos casos de prestação de exames finais ou exames vestibulares devidamente comprovados, e desde que os horários dos exames coincidirem com os horários de trabalho, devendo para tanto serem as empresas comunicadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA 20ª - DAS ANOTAÇÕES EM CTPS

As empresas deverão anotar em CTPS dos empregados, todas as alterações de contrato de trabalho, tais como funções, cargos e salários, por ocasião das férias concedidas ou pagas ao mesmo, salvo em casos de rescisão contratual, quando tais anotações deverão ser feitas de imediato, tudo em conformidade com a Legislação em vigor.

Parágrafo Único: Será devido ao empregado a indenização correspondente a 01 (um) dia de salário, por dia de atraso, pela retenção de sua carteira profissional após 06 (seis) dias úteis da contratação. Não se aplicando qualquer penalidade quando de atualizações corriqueiras (férias, salários, função, etc).

CLÁUSULA 21ª - DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTOS

As empresas deverão fornecer aos empregados obrigatoriamente os envelopes de pagamento ou contracheques, nos quais sejam discriminados todas as parcelas pagas a título correspondentes, percentuais de comissão quando for o caso, o valor dos descontos efetuados e o título dos mesmos, bem como a indicação do valor dos depósitos a título de FGTS.

CLÁUSULA 22ª - DO LOCAL E ÉPOCA DOS PAGAMENTOS

O pagamento de salários e/ou adiantamentos aos empregados, deverá ser efetuado no próprio local de trabalho dos mesmos, durante o expediente, ou imediatamente ao término do mesmo, devendo neste caso ser pago preferencialmente em dinheiro. Admite-se ainda, o pagamento mediante depósito em conta-corrente bancária do trabalhador.

Parágrafo Único - Estabelece-se multa de 10% (dez por cento) sobre o saldo salarial, na hipótese de atraso no pagamento de salário.



CLÁUSULA 23ª - DOS VALES (ADIANTAMENTO)

As empresas poderão conceder adiantamentos parciais mensais de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos salários básicos dos empregados, até o dia 20 de cada mês, dos salários já corrigidos.

CLÁUSULA 24ª - ERRO NA FOLHA DE PAGAMENTO

Quando constatado erro na folha de pagamento, não decorrente de verbas controvertidas, a empresa se obriga a corrigir o mesmo, no prazo de 72 horas.

CLÁUSULA 25ª - DOS DEPÓSITOS DO FGTS

Os depósitos ao FGTS deverão ser efetuados em agências bancárias situada na localidade onde o empregado exerce a sua atividade laboral, ou na falta de agente arrecadador, em uma agência situada na localidade mais próxima.

CLÁUSULA 26ª - DAS COMPROVAÇÕES DO RECOLHIMENTO

Sempre que solicitados pelo Sindicato Profissional, às empresas farão a comprovação do recolhimento do FGTS.

CLÁUSULA 27ª - DOS ATESTADOS MÉDICOS

Cada empresa, para fins de justificação de faltas e pagamentos de horas correspondentes, somente aceitará atestados médicos de profissionais com os quais ela mantenha convênio, salvo casos de urgência e/ou emergência. Caso a empresa não mantenha convênio com alguma clínica ou médicos, deverá aceitar os atestados médicos fornecidos pelos profissionais conveniados pelo sindicato profissional, sendo que este se obriga a manter o profissional dentro das suas responsabilidades.

CLÁUSULA 28ª - DA EXTINÇÃO DO TRABALHO AOS SÁBADOS

As empresas poderão efetuar com seus empregados, acordo para a compensação de horas de trabalho, tendo por finalidade a extinção do trabalho aos sábados, partindo da premissa de que a jornada semanal está dividida em 06 dias de 7h20min cada uma, da seguinte forma:

- a) **Extinção completa do trabalho aos sábados** - As 7h20min (sete horas e vinte minutos) normais de trabalho correspondentes aos sábados, serão compensadas no curso da semana, de segunda às sextas-feiras, com um acréscimo de até 02 (duas) horas diárias ao final do expediente normal, de modo que em tais dias se completem as 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho, respeitados os intervalos para refeições;
- b) **Extinção parcial do trabalho aos sábados** - As horas correspondentes a redução do trabalho no sábado, da mesma forma, serão compensadas no curso da semana, com a prorrogação do trabalho de segunda às sextas-feiras, de até 01 (uma) hora por dia, ao final do expediente normal, observada as demais condições do item anterior;
- c) Nenhum acréscimo salarial será devido sobre as horas trabalhadas durante a semana, para a compensação das horas suprimidas no dia de sábado;
- d) Sempre que a empresa tiver a seu serviço mulheres e menores e em razão da prorrogação do trabalho para efeito de compensar o trabalho em sábado, houverem turnos superiores à 04 (quatro) horas, será obrigatório um intervalo de no mínimo 15 (quinze) minutos para descanso, não computáveis na duração do trabalho.

CLÁUSULA 29ª - DA SINDICALIZAÇÃO

As empresas se comprometem a favorecer a sindicalização de seus empregados e daqueles que vierem a ser admitidos, com a entrega do material promocional, fornecido pelo Sindicato Obreiro

CLÁUSULA 30ª - AUSÊNCIAS LEGAIS

O empregado terá direito às seguintes ausências legais:

- a) de um dia remunerado para doação de sangue, devidamente comprovada, nos termos do item IV do artigo 473 da CLT;
- b) de três dias, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente ou descendente;
- c) de três dias consecutivos em virtude de casamento;
- d) de cinco dias no decorrer da primeira semana de nascimento de filho, na forma da C.F.;

CLÁUSULA 31ª - VALES-TRANSPORTE

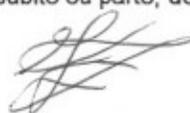
As empresas fornecerão mensalmente a seus empregados, a totalidade do número de vales-transporte que os mesmos efetivamente utilizarem para seus deslocamentos entre o domicílio e o local de trabalho, inclusive nos dias de labor extraordinário - sábados, domingos ou feriados - na forma da Lei 7.418/85.

CLÁUSULA 32ª - TRABALHO NOTURNO

O trabalho noturno será pago com o adicional de 20% (vinte por cento), a incidir sobre o salário da hora normal.

CLÁUSULA 33ª - TRANSPORTE DE ACIDENTADOS, DOENTES E PARTURIENTES

Obriga-se o empregador a transportar o empregado, com urgência, para local apropriado, em caso de acidente, mal súbito ou parto, desde que ocorram no trabalho.



CLÁUSULA 34 ª - SEGURO DE VIDA

As empresas poderão manter seguro de vida em grupo, em favor dos seus empregados para caso de morte ou invalidez permanente, com subsídio total ou parcial do mesmo, sem que tal benefício possa ser considerado como salário *in natura*. Caso haja subsídio de pelo menos 50% do valor do prêmio e sendo a importância segurada igual ou superior a 50 salários mínimos, a empresa estará dispensada da obrigação prevista na cláusula 17ª deste instrumento normativo.

CLÁUSULA 35 ª - FERRAMENTAS, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

É de responsabilidade das empresas o fornecimento de todas as ferramentas necessárias para o desenvolvimento do trabalho, ficando proibida a exigência de qualquer ferramenta por parte do empregador. Da mesma forma fornecerão as empresas, gratuitamente, os uniformes, fardamentos e outras peças de vestimentas obrigatórios, nos termos das NR's.

Parágrafo primeiro: Os empregados se obrigam ao uso devido, a manutenção e limpeza adequada dos Uniformes, Equipamentos de Proteção Individual de Segurança no Trabalho e das Ferramentas que receberem. Para solicitação de substituição dos Uniformes, Equipamentos de Proteção e Segurança e das Ferramentas, deverão os empregados devolver aquelas até então utilizadas, bem como na rescisão ou extinção do contrato de trabalho deverão os empregados devolvê-las, visto que continuam de propriedade da empresa.

Parágrafo segundo: Não se permite o desconto salarial por quebra de material, salvo nas hipóteses de dolo ou recusa de apresentação dos objetos danificados, ou ainda, havendo previsão contratual, de culpa comprovada pelo empregado.

CLÁUSULA 36 ª - PROTEÇÃO DO TRABALHADOR

No primeiro dia de trabalho do empregado, será dedicado tempo necessário para demonstração e instrução dos equipamentos de proteção individual, dos riscos da atividade a ser exercida, do local de trabalho, como também, os programas de prevenção de acidentes de trabalho desenvolvidos na empresa.

CLÁUSULA 37 ª - HIGIENE

As empresas manterão caixa de primeiros socorros e, a higiene das instalações sanitárias, que deverão ter separação de sexos, além de chuveiros, lavatórios, refeitórios e fornecimento de água potável nos locais de trabalho, de acordo com artigo 200, item VII, da CLT.

As empresas com menos de 60 (sessenta) empregados, deverão ter local apropriado e condições de aquecimento de refeições.

CLÁUSULA 38 ª - SAQUE DO PIS

A empresa liberará o empregado para saque do PIS, quando esta não fizer o convênio com a Caixa Econômica Federal para pagamento em folha, sendo que as horas dispensadas não poderão ser compensadas ou descontadas. Não se aplicam as disposições acima aos trabalhadores cujo horário de trabalho não impeça que o saque seja feito em outro horário ou forma. O valor individual correspondente (juros ou abono), serão pagos integralmente ao trabalhador.

CLÁUSULA 39 ª - EXAMES MÉDICOS

As empresas deverão realizar exames médicos para a admissão, demissão ou mudança de função de seus empregados, arcando com as despesas correspondentes, devendo da mesma forma a submetê-los a exames médicos periódicos, pelo menos uma vez por ano, por profissionais, e preferencialmente por médicos do trabalho e ou entidades conveniadas ou contratadas pelo empregador. Os referidos exames deverão ocorrer em horário normal de trabalho, sem prejuízos de remuneração.

CLÁUSULA 40 ª - ESTACIONAMENTO

Se obrigam as empresas, desde que tenham espaço físico pertinente, a manterem nos locais de trabalho, estacionamento para bicicletas e motocicletas.

CLÁUSULA 41 ª - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

A empresa enviará ao Sindicato Operário, relação dos operários que pagaram a Contribuição Negocial, contendo nomes, no prazo de 20 (vinte) dias após seu recolhimento.

CLÁUSULA 42 ª - RECOLHIMENTO DE MENSALIDADE

De acordo com o artigo 545, parágrafo único, da CLT, as empresas são obrigadas a descontar em folha de pagamento as mensalidades dos associados do Sindicato Operário, quando expressamente autorizadas para tanto, que serão recolhidas até o décimo dia do mês subsequente ao desconto. Os recolhimentos efetuados à partir do décimo primeiro dia sofrerão a multa do artigo 600 e parágrafos da CLT.

CLÁUSULA 43 ª - ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS VIGIAS

As empresas viabilizarão assistência jurídica, sem qualquer ônus, aos vigias, porteiros ou guardiões, quando estes em defesa do patrimônio da empresa, venham a cometer atos que impliquem em processos judiciais.

CLÁUSULA 44 ª - DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas abrangidas pelo presente instrumento ficarão obrigadas a pagar aos cofres do sindicato patronal, o valor que for definido em Assembléia Geral da Categoria a qual também caberá fixar a data do recolhimento.



CLÁUSULA 45ª - DA CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

As empresas abrangidas pelo presente instrumento, obrigam-se a descontar sobre o salário base de todos os seus empregados e repassar ao sindicato profissional, o equivalente a 6% (seis por cento) "per capita", sendo que tal desconto dar-se-á sobre o valor do salário relativo ao mês de novembro/2000, sendo que a parcela descontada deverá ser recolhida aos cofres do sindicato até o dia 10 (dez) de dezembro de 2000. Este valor decorre de uma decisão da Assembléia Geral de toda a Categoria, da qual participaram trabalhadores associados e não associados e somente será descontado caso não oposição por parte do empregado, a qual poderá ser externada no prazo de até 10 dias antes de haver o desconto.

Parágrafo Primeiro: Igual desconto se fará aos empregados admitidos após 01 de dezembro de 2000 e que não comprovarem desconto a tal título durante o ano de 2000, ou que retornarem ao trabalho após paralisação por qualquer motivo, no primeiro mês da admissão ou de retorno as atividades, e o valor deverá ser recolhido até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto, garantido o mesmo direito de oposição.

Parágrafo Segundo: Os recolhimentos deverão ser efetuados em nome do sindicato profissional, no Banco do Brasil S/A ou Caixa Econômica Federal, nas agências de Ponta Grossa;

Parágrafo Terceiro: O sindicato profissional fornecerá as empresas as guias próprias ao recolhimento. As empresas deverão remeter à Entidade Sindical Profissional a relação que deverá conter o nome do trabalhador;

Parágrafo Quarto: Aos valores não recolhidos no prazo estipulado pelo caput da presente cláusula e seu parágrafo primeiro, será aplicada a mesma correção monetária diária utilizada para correção de débitos fiscais e da Previdência Social, mais 2% (dois por cento) de multa, sendo que, para atrasos superiores a 90 (noventa) dias, serão aplicados juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, capitalizado.

Parágrafo Quinto: Não procedendo a empresa o desconto na forma anteriormente prevista, não mais poderá fazê-lo, responsabilizando-se integralmente pelos valores a serem recolhidos.

CLÁUSULA 46ª - DAS PENALIDADES

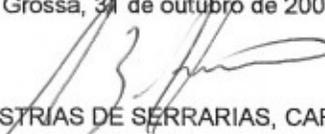
Fica estipulada a multa de 1/3 (um terço) do piso salarial da categoria, pelo descumprimento de qualquer das cláusulas do presente instrumento, que reverterá em favor da parte prejudicada.

CLÁUSULA 47ª - DO FORO COMPETENTE

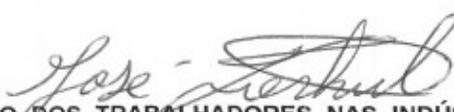
O conflito de interesses oriundo da aplicação das presentes normas, serão preliminarmente resolvidos amigavelmente entre as partes e, na impossibilidade, elege-se, desde logo, o foro da Comarca de Ponta Grossa - JUSTIÇA DO TRABALHO - a dirimir o impasse e aplicar as cominações cabíveis, ainda que pecuniárias.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento que representa a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Ponta Grossa, 31 de outubro de 2000.


SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS, CARPINTARIAS
E TANOARIAS E DE MARGENARIAS DE PONTA GROSSA
LAERTE BITTENCOURT FILHO - Presidente


SINDICATO DOS OFICIAIS MARCENEIROS E TRABALHADORES
NAS INDÚSTRIAS DE SERRARIAS DE MÓVEIS DE MADEIRA
DE PONTA GROSSA - JOSÉ ZIERHUT - Presidente


FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA
CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DO
PARANÁ - FETRACONSPAR
p.p - GERALDO RAMTHUN - Presidente



MINISTERIO DO TRABALHO

Subdelegacia Regional do Trabalho de Ponta Grossa, nos termos do art. 614 da C. L. T., o presente Instrumento Coletivo de Trabalho foi recebido para fins exclusivamente administrativos, não tendo sido apreciado o mérito.

Ponta Grossa, 27 de Novembro de 2000

M. Ribeiro

MARIA RITA DA SILVA RIBEIRO
AGENTE ADMINISTRATIVO
MATRÍCULA 0888001